



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
GESTÃO 2025/2028



ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1 A presente dispensa de licitação tem por objeto aquisição de materiais de expediente e escritório para suprir às necessidades da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V. UNITARIO	V. TOTAL
1.	00075694	AGENDA - DO TIPO PERMANENTE, GRAMATURA: 60 G/M2, COMPRIMENTO: 170 MM, LARGURA: 240 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPA DURA	UND	25		
2.	168105-2	ALMOFADA PARA CARIMBO - ACONDICIONADA EM ESTOJO DE PLASTICO PARA TRODAK 4724, NA COR PRETA, NO TAMANHO MÉDIO.	UND	04		
3.	198856-5	BLOCO DE PAPEL PARA ANOTACOES - AUTO COLANTE, COM 100 FOLHAS, PESANDO 75G/M2, MEDINDO (76 X 102) MM, NA COR VERDE	UND	70		
4.	196692-8	BORRACHA - COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL E ESTIRENO BUTADENO, PARA LAPIS GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, CAIXA 40 UNIDADES, NA COR BRANCA	CX	04		
5.	00054058	CAIXA ARQUIVO MORTO DE PLASTICO AZUL	UND	70		
6.	00038761	CALCULADORA 12 DIGITOS	UND	10		
7.	162894-1	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO, 5 MM, VERDE FLUORESCENTE CX 12 UNIDADES	UND	10		
8.	00028642	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL CX COM 50 UND	CX	10		
9.	325691-0	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA CX COM 50 UND	CX	05		
10.	153527-7	CARTOLINA - PESANDO CARTOLINA, MEDINDO 50 X 66 CM, CORES VARIADAS	UND	250		
11.	00068166	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, REF. MLT-D111S, PARA IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS M2020W, E COMPATIVEL, NOVO, VALIDADE: 12 MESES	UND	10		
12.	53726-8	CLIFE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 2 CAIXA 100 UNID.	CX	10		
13.	323604-8	CLIFE - EM ACO INOX, PARALELO, ACABAMENTO GALVANIZADO, 4/0, CAIXA	CX	10		



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
GESTÃO 2025/2028



		COM 100 UND				
14.	422891-0	COLA - LIQUIDA, ATOXICA, ADESIVO A BASE DE PVA, NA COR BRANCA, SECAGEM RAPIDA, PARA COLAR PAPEL, 90 GRAMAS	UND	35		
15.	14053-8	COLCHETE – Nº 08 COM 100 UND	CX	05		
16.	323656-0	COLCHETE Nº 12 COM C 100 UND	CX	10		
17.	323654-4	COLCHETE Nº 15 COM C 100 UNID	CX	05		
18.	339929-0	CORRETIVO 18 ML	UND	12		
19.	176751-8	ENVELOPE DE PAPELARIA - SULFITE, SACO, SEM IMPRESSAO, 26X36CM, COM ABA, PARDO. CAIXA 100 UNIDADE	CX	05		
20.	430234-6	ENVELOPE - TIPO SACO, EM PAPEL KRAFT, MEDINDO 24CMX34CM, NA COR OURO, CAIXA 100 UNIDADE	CX	04		
21.	00068473	ESTILETE - COM CORPO ACRILICO, LÂMINA 18,29 MM	UND	10		
22.	4670-1	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO CROMADO, TIPO ESPATULA	UND	05		
23.	190607-0	FITA ADESIVA CREPE 45 MT	UND	25		
24.	00080318	GRAMPEADOR MEDINDO 12CM COMPRIMENTO X 05CM ALTURA X 3,5CM LARGURA, PARA GRAMPO 26/6, COM CAPACIDADE MINIMA PARA GRAMPEAR 20 FOLHAS DE PAPEL 75 G/M2;	UND	08		
25.	125781-1	GRAMPEADOR INDUSTRIAL - TIPO MANUAL, COM CAPACIDADE PARA 61 GRAMPOS, TIPO 106/6	UND	02		
26.	168160-5	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - DE ARAME DE ACO COBREADO, MEDINDO 106/6, 5000 UND	CX	02		
27.	18338-5	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - DE ARAME DE ACO COBREADO, MEDINDO 26/6, 5000 UND	CX	05		
28.	300651-4	LAPIS - FORMATO REDONDO PARA TECIDO, NA COR PRETA N.2, MEDINDO 170 MM CX COM 50 UND	CX	02		
29.	375968-7	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UND	10		
30.	00010318	LIVRO DE PROTOCOLO	UND	02		
31.	00078813	MOUSE OPTICO COM FIO - USB	UND	06		
32.	159875-9	MOUSE OPTICO SEM FIO	UND	12		
33.	322741-3	PAPEL CERTIFICADO / DIPLOMA - CERTIFICADO NO FORMATO (29 X 21) CM, COM 04 CORES, PAPEL A4 COM 50 UNIDADES	PCT	10		



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
GESTÃO 2025/2028



34.	322696-4	PAPEL SULFITE - FORMATO A4,75G/M2, NA COR BRANCA COM 500 FOLHAS CADA CAIXA 10 RESMA (cód.: 777)	CX	24		
35.	330990-8	PERCEVEJO CX COM 75 UND	CX	16		
36.	00036806	REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA - EPSON L3150, KIT COM 4 REFIS DE TINTA PARA, AS CORES PRETO, CIANO, AMARELO E MAGENTA	KIT	08		
37.	324767-8	RÉGUA COM 30 CM. TRANSPARENTE	UND	10		
38.	312485-1	TECLADO PARA COMPUTADOR	UND	06		
39.	0002193	TONER - IMPRESSORAS HP LASERJET PRO MFP M426FDW / M426D / M426DW / M402DN / M402DW	UND	08		
40.	00021097	TONER - PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, MARCA HP, PARA MODELOS HP LASERJET PRO M402, HP LASERJET PRO M426	UND	10		
41.	177606-1	TONNER PARA MAQUINA COPIADORA - COPIADORA, HP/LASERJET SERIE 1015 REFERENCIA Q2612A	UND	10		
42.	177609-6	TONNER PARA MAQUINA COPIADORA - COPIADORA, HP/LASERJET SERIES 1100/1100A, REFERENCIA C4092A, RENDIMENTO PARA 2500 PAGINAS (COR PRETA).	UND	10		

1.2. Em atendimento ao art. 35 do Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR/2024, de 03/01/2024, declara-se que os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da homologação, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ (), conforme custos unitários opostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Fundamenta-se a contratação por intermédio do procedimento de contratação direta, mediante licitação dispensável em razão do valor, nas disposições do Decreto Municipal nº 243/GAB/PMR/2024 e fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei n. 14.133/2022.

2.2. O valor da despesa, conforme constante do escopo acima, totalizou R\$(), inferior ao valor definido na Lei Federal n. 14.133/2021 em relação ao inciso II do Art. 75, conforme atualização dos valores estabelecidos no Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, portanto, apto ao enquadramento na espécie.



2.3. O valor indicado, baseou-se nas cotações preliminares de preços realizada pela Câmara Municipal de Rondolândia, o que revelou a possibilidade da compra ser realizada mediante licitação dispensável, muito embora, prescindida, ainda, de verificação e conformação aos de mercado pelo Departamento de Compras, em cumprimento ao Art. 6º da Lei Municipal n. 87, de 23/12/2005 com as alterações dadas pela Lei Municipal n. 390, de 27/04/2017.

2.4. Na presente contratação, é admissível a substituição do Estudo Técnico Preliminar-ETP pelo presente Termo de Referência, conforme Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03 de janeiro de 2023, artigo 22, inc. IV:

Art. 21. Em âmbito municipal, **a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional** nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, **compras** e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos **incisos I, II, III, VII, VIII, IX, XI, XIII, XIV, XV** e nas alíneas "a", "b", "c", "d", "j" e "k" do inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

2.5. A despesa pode ser classificada como natureza irrelevantes, conforme previsto no artigo 31, da Lei Municipal n. 570 de 20/12/2003 (LDO-2004) dispõe:

Art.31. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I- as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3º do art. 182 da Constituição;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do §3º do Art. 16 da LRF aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993;

III- Poderá ser aplicada a Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.6. Portanto, na forma do inciso IV, do art. 21 do Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03/01/2024, declaro a dispensabilidade do ETP, substituindo-o pelo presente Termo de Referência que trata o Art. 6º, XXIII da NLL, bem como, que ocorra na forma de licitação dispensável, em razão do valor, com fundamento no inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/21 c/c art. 21, inciso IV do Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03/01/2024.

2.7. Quanto a necessidade da contratação, justifica-se pela necessidade contínua de



suprimento de materiais de expediente e escritório indispensáveis à execução das atividades administrativas, legislativas e institucionais da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, incluindo a elaboração de documentos oficiais, atendimento ao público, organização de arquivos, apoio às sessões plenárias e demais rotinas internas, assegurando a regularidade da prestação dos serviços públicos.

2.8. Ressalta-se que a ausência desses materiais comprometeria diretamente o funcionamento dos setores administrativos, podendo ocasionar prejuízos à eficiência, à continuidade dos serviços e ao cumprimento das atribuições legais do Poder Legislativo Municipal. Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária, proporcional e alinhada ao interesse público, garantindo condições adequadas de trabalho e suporte às atividades finalísticas da Câmara.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021).

3.1. O objeto da contratação, solucionará as demandas da Câmara Municipal.

3.2. No presente caso, a contratação NÃO exigirá, manutenção e assistência técnica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar em relação aos bens adquiridos, se se enquadram como comum e cujos padrões de desempenho e qualidade possam, objetivamente serem definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Na presente contratação, não será admitida a indicação das características ou modelos do(s) objeto(s), porém, serão realizados levantamento de mercado que possam sugerir a obtenção de propostas, as mais vantajosas para administração, com a preservação da qualidade dos produtos.

4.3. Os materiais objeto da aquisição deverão ser entregues no prazo estabelecido, após a solicitação, diretamente no Almoxarifado.

4.4. O fornecimento dos bens será de forma fracionada, de acordo com a necessidade da contratante e mediante a expedição da solicitação, pedido ou Nota de Empenho, conforme o caso.

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por tratar-se de produtos de pronta entrega.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. Os bens serão entregues, de forma fracionada, contados do recebimento da Solicitação,



pedido ou nota de empenho, no prazo de 5 (cinco) dias.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os itens deverão ser entregues no Município de Rondolândia/MT, no endereço do Almoxarifado da Câmara Municipal.

5.4. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de (03) três dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os itens serão considerados recebidos definitivamente, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8. A empresa Contratada deverá ser responsável pela validade, qualidade e segurança dos produtos.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Tratando-se de material de consumo, o prazo de garantia contratual dos itens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma



de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, da Câmara Municipal, com as atribuições definidas neste Termo de Referência, designado pela Portaria de nº. 003/GAB/CMR/2026, Sr. Arlen Guilherme, em cumprimento ao art. 117, caput, Lei nº 14.133/2021.

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação a Regularidade Fiscal da empresa, sendo: a) Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Regularidade Contribuições Previdenciárias; b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); c) Certidão Negativa de



Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.10. O pagamento será efetuado pela Câmara de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme item 7.9.

7.11. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa SICOOB, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

7.12. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos serviços prestados a esta Câmara Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser realizado o pagamento.

7.13. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.14. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva da aquisição dos produtos.

7.15. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03 de Janeiro de 2024.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do TCE/MT;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
GESTÃO 2025/2028



proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontadas no Relatório de Ocorrências da PGM.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Para fins de contratação, deverá observar os requisitos de Habilitação Jurídica, fiscal, social e trabalhista.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal a conta da seguinte dotação:

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Gestão da Câmara Municipal

Projeto Atividade: 2100 – Manutenção com a Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 15000000 – Material de Consumo

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rondolândia-MT, 22 de janeiro de 2026.

ADRIANA OLIVEIRA BARROSO
Presidente da Câmara Municipal
Rondolândia-MT

Servidor responsável pelo TR.

ARLEN GUILHERME
Fiscal de Contratos
PORTARIA Nº 003/GAB/CMR/2026